

A TURMA ACADEMICA DE 1906/1910

QUANTOS ERAMOS E QUANTOS SOMOS? - O QUE TEMOS FEITO? -
OS CURSOS DO 3º AO 5º ANO - O SECRETÁRIO E OS BEDEIS -
AS COMEMORAÇÕES: MISSA, AULA, ALMÔÇO E RECORDAÇÕES - A
COLAÇÃO DE GRÁU - COINCIDÊNCIAS TRISTES COM FESTAS ALE
GRES - FESTAS E FARRAS

Tenho escrito sôbre várias turmas, mas ainda não escreví, senão linhas de rápida e fugaz referên-
 cia à de 1906-1910 - que é a minha - mas vou cumprir
 agora essa tarefa que, além de atender a impulsos natu-
 rais do coração, atende a imposições doces, mas reitera-
 das - algumas, mesmo, envoltas em termos de acrimonia
 - de alguns colegas.

- Que diabo! Você só sabe escrever sôbre
 gente do passado, figuras que viu de longe e, no entan-
 to, de nós, companheiros de cinco anos seguidos, nada diz,
 nada recorda?

Se eu pudesse seguir as pégadas de um Al-
 meida Nogueira, aquele nosso delicioso Zé Fardão, tão a-
 balizado no ensino da sua cadeira, como prodigioso nas e-
 vocações de conhecidos e contemporâneos, teria há muito
 falado qualquer coisa da minha turma, estava a dizer des-
 sa minha família afetiva, cuja intimidade se firmou e dei-
 tou raízes profundas na nossa memória e nos nossos cora-
 ções durante aquele quinquênio fagueiro e simples, que
 nós fizemos tão alvoroçado e vivo.

- Pois, amigos, falarei de nós - numa sé-
 rie de rodapés, preparando o almoço de fraternidade que
 este ano realizaremos, para comemorar estes quarenta a-

nos de vida, que fizemos, quase todos, na posse e no exercício do nosso "canudo".

Quando nos matriculamos no velho casarão da Academia, em 1908, o largo de São Francisco ainda ostentava duas palmeirinhas na frente da porta principal, como que a recordar tempos longínquos em que outras árvores mais encorpadas e ricas de sombra e de cachos de coquinhos, narravam aos poetas, na língua que só estes conhecem, coisas do passado, discursos de Marinho de Andrade e de José Bonifácio, as pândegas e troças homéricas de Ludovice e Souza Lima, ou as agitações mais recentes da proclamação e das primeiras rebeliões militares da República.

Mas o ano corria calmo.

Eramos 73, o menor ano da Academia. Entre eles figuravam 18 que dependiam de Direito Romano. No ano anterior, de 1905, tinha havido aquele episódio, que ainda se comentava, do chorrilho de distinções, distribuídas a esmo por Pedro Lessa, para provocar uma reação da parte do diretor Vicente Mamede. Mas o diretor entendeu - e entendeu bem - que mais valia como corretivo àquele despropósito, a censura que o ato por si mesmo suscitara, e deixou desarmado de pretexto para uma nova explosão o pugnacíssimo e impetuoso lente de filosofia de direito. Mas o lente da outra cadeira, o dr. Reinaldo Porchat, não quiz acompanhar aquele estranho processo de desprestigiar um diretor fazendo distribuição de distinções à granel - e apertou as provas. Houve, então, numerosos "estpuros" e numerosíssimos adiamentos. Nosso ano recebeu essas sobras. Alguns continuaram conosco até o fim, integrados na nova classe; outros, em pequeno número, alcançaram os colegas da dian-

teira e outros foram ficando, sem pressa de concluir o curso num quinquênio exato.

Destes, a figura mais interessante e sedutora era Ricardo Gonçalves, que vinha da turma de 1904, fizera uma cadeira em 1905, fez conosco um curso mavioso de poesias e discursos em 1906, prestou exames de direito romano em 1907, e foi passando, como legado precioso de umas para outras turmas, por todas elas disputado até que três anos depois de nós - com dor de coração e com expansões de lástima de todos os academicos - também se bacharelou e entrou a fazer a vida prática, aliás com pouco entusiasmo e certo tom melancólico, até aquele ponto final de tragédia, num suicídio que a todo mundo estarreceu.

Em 1910 no 5º ano, eramos 77, pelo reforço das transferências, que fomos recebendo, desde o meio do curso, do Recife, de Minas e das duas Faculdades do Rio de Janeiro.

Revendendo agora minha "Lista geral de matrículas" deste último ano, com os acréscimos dos que aqui vieram encerrar o curso, e conferindo-a com a relação dos mortos, noto um desfalque de 26, a terça parte.

Disse-me, há pouco tempo, um bacharel de velhas turmas, com mais de meio século de formatura que, dos 60 aos 70 anos de idade é que "é mais dura a caminhada".

Não vale a pena cogitar de prognósticos melancolicos, pelo que passarei a traçar, rapidamente, o que foi a vida no 1º ano.

o o o o o o o

Enfrentamos o curso com dois professores magníficos, cuja fama de rigor, assiduidade e circunspecção eram notórias, Lessa e Porchat. A aula de Reinaldo Porchat, dada às 10 horas, tinha encantos especiais. O professor era esse orador de alto coturno que já então ocupava posto elevado entre os mestres da tribuna. Tinha boa voz, decção escorreita, estilo desempenado e figura sugestiva: - tipo claro, que atestava a ascendência gaulesa. Era moço no aspecto, na marcha e na fala. Os textos do Corpus Juris que recitava não tinham a dureza de preceitos imperativos; pareciam musicados e a cadência ajudava a decorá-los. A aula seguinte, de assunto mais transcendente, e pela hora da exposição, após o almoço, era pesada. O próprio lente, Pedro Lessa, que era corpulento e vultoso, ofegava nos arrancos dos primeiros períodos. Dizem que era bom garfo e por isso, ou pelo atropelo com que almoçava em casa e vinha a pé para a Academia, sentia o peso da refeição e impava, afron-tado pela massa alimentícia.

Aqueles primeiros meses eram de prolegomenos; fazíamos com ele uma perlustração pelo campo das noções elementares da filosofia que eram, antes, elementos de psicologia e lógica, para suprir as deficiências de cursos de preparatórios que não ministravam essas noções essenciais aos rapazes diplomados em cursos de preparatórios. Só com o tempo, os meses seguintes, é que a classe passava a assimilar melhor aquela massa de noções, princípios e escolas. Eramos, desde então, tomados de um entusiasmo crescente por aquele curso magistral, e davamos o devido desconto às explosões, certas

vezes desapoderadas, do mestre contra o barulho de fora ou a desatenção de dentro.

A musa brincalhona e irreverente dos acadêmicos, de cujos piparotes poucos têm escapado, já havia feito a efígie caricatural de Pedro Lessa num soneto, escrito certa noite, em mesa de café por Agenor Silveira, copiado pressurosamente entre risos de aprovação por outros colegas e transmitido a gerações seguintes, chegando até a nossa, com acréscimos que lhe deram forma definitiva que encontrei, rabiscada numa das paredes da república de Ricardo Gonçalves, na rua Barão de Tatuí, num dos seus agitados "concílios". Essa versão, não obstante o tom faceto (e dado o desconto da peculiar irreverência do gênero) é viva e ainda me faz rever a realidade, numa daquelas explanações das escolas de Kant ou de Savigny:

Bate o quarto, depois do meio-dia;
A grita infrene dos calouros cessa:
Pesado e gordo, surge doutor Lessa,
O nosso lente de Filosofia.

Esbaforido e suado, entrou. Sombria,
No grave rosto traz a raiva impressa.
Sentou-se. E agora a preleção começa,
E começa também a nossa agonia...

Um silêncio tristíssimo enche a sala;
E fala o mestre - coisas graves fala,
Num discurso pesado, extenso, informe.

Agora, as próprias moscas adormecem...
E dorme a classe - e os gestos se amortecem.
E a sintaxe do mestre também dorme...

Em maio tivemos interrompidos vários dias as aulas, devido a uma greve operária que, estalando nas oficinas e depósitos da Companhia Paulista, em Jundiaí, e alastrando-se para fábricas e usinas de São Paulo, ganhou a simpatia acadêmica e deslocou-se para o Largo de São Francisco, convertido em campo de correrias, cacetadas e alguns tiros. A polícia ainda usava o chanfallo, para esses "divertissements"; os acadêmicos recorriam ao cacete, à rasteira, ao box e, raramente ao revolver, para espantar os mais afoitos.

Na segunda metade do ano, quando já fazíamos o curso com a petulância característica de romancistas e filósofos consagrados, tivemos um curso suplementar de Direito Romano, entregue ao outro "moço da Congregação" José Ulpiano, que era da mesma turma de Porchat, quase da mesma idade deste, e dotado do mesmo entusiasmo pela matéria o que tornava assás simpáticas suas preleções. Com ele nos enfronhamos nos capítulos do casamento romano, suas formas, suas solenidades, seus ritos - "confarreatio" e "coemptio", formas civilizadas e formas antigas de compra simbólica da mulher ou sua sujeição à vontade absoluta do marido: "mancipium" e "manus". A exposição já continha assunto de interesse e o lente explanava a matéria com vigor e segurança, não obstante o seu modo de falar que, em certas passagens, nos dava a impressão de um exagero de pronúncia, pela entonação baritonal em que os rr e trr saíam guturais e apertados.

Ao fim do ano, após o concurso de João Arruda, travamos nossos primeiros encontros com esse professor de polpa que, pelo resto do quinquênio, em muitas outras cadeiras, nos foi acompanhando e conquistando

do com as aulas, um respeito crescente pela sua ampla e rudição, e uma simpatia ainda maior pelo seu tom franco de expôr e apreciar problemas e dúvidas e pelas críticas que desfechava contra atos de govêrno no campo do ensino superior ou decisões ministeriais que abastardavam o regime vigente. Foi com essa quadra de ases da Congregação - Lessa, Porchart, Ulpiano e Arruda - que completamos o curso do primeiro ano. O que esses mestres egrégios nos ensinaram, foi bem ensinado embora por todos, como e natural, não tenha sido bem aprendido.

Já no 2º ano o panorama era outro, com 3 lentes de formação espiritual e didática diferente: Herculano de Freitas, Oliveira Coutinho e Dino Bueno. Com esse último, na cadeira de direito civil, fizemos, talvez o curso mais profícuo do quinquênio, no 2º, 3º e 4º anos. Era pontual no comparecimento, austero nos modos, acessível na aproximação e seguríssimo no seu ensino. Não enfeitava o estilo, não procurava frases brilhantes, mais ia ao assunto com firmeza e simplicidade, apoiando-se na lição dos mestres consagrados, brasileiros e lusitanos. Sua familiaridade com os civilistas portugueses imprimiu-lhe feição nítida no estilo e muitas expressões da lídima linguagem das Ordenações vinham às vezes, sem que a gente se apercebesse, como expressão própria do mestre. Na cadeira de direito público tivemos Herculano de Freitas. Era um dominador da tribuna que, na cátedra, e no nosso curso de excepção - e inesperada assiduidade, se impôs à nossa benquerença, como se impusera à nossa admiração fervorosa pelo brilho de suas lições, a variedade e vivacidade dos seus argumentos e o tom risonho com que sublinhava fatos políticos e históricos ou críticas à interpretes da

lei básica, numa profusão de idéias que nos deixavam dominados pelo fulgor daquelas cintilações. Com ele estudamos, além das bases do direito constitucional e público, a Constituição de 1891 e aprendemos a conhecê-la e admirá-la o regime republicano, as funções dos três poderes, o sistema de contra-pesos, destinado a manter sua harmonia e equilíbrio, a autonomia dos Estados e a questão de distribuição de rendas - tudo isso era exposto com a clareza de um mestre consumado e a esbelteza de um conferencista de alta linhagem tribunicia. Todos os sistemas eleitorais, escrutínio simples e de lista, voto cumulativo e os regimes eleitorais desde os da Monarquia, tudo isso era exposto, criticado com fertilidade de fatos e noções e com o tom risonho, muitas vezes faceto em que o mestre era exímio.

Já na outra Cadeira, a de Direito Inter-nacional, regida por José Bonifácio de Oliveira Coutinho, o curso era de pouco interêsse - frio, modorren-to, não obstante a bela figura física do lente e os seus desvêlos pela matéria. Sempre acreditei que Coutinho daria bom professor de Direito Penal, com maior consis-tência de assuntos.

Dino, Herculano e Coutinho foram os mes-tres do 2º ano - e com eles, assíduos naquele 1907 chegamos às provas finais galhardamente. Na nossa prova escrita de direito público sôbre o "voto feminino" - sorteado o ponto, Herculano declarou, com o seu perma-nente sorriso:

- Tomo a liberdade de advertí-los que, desde antiga data foi suprimida, nesta Cadeira, a institui-ção da "cola". Os srs. poderão, todavia, consultar o Barbalho e algumas notas que hajam esquecido dentro de-

le..."

Em seguida acendeu um charutão de palmo, abriu o "Correio Paulistano" e deixou-nos entregues às nossas cogitações.

Nos próximos rodapés continuarei estas e vocações de um passado que, sem dúvida, temos todos nós bem guardados nos arquivos da memória e do coração. Historiado o curso, com rápidos traços dos lentes, cairei sobre a turma. E receberei, com infinito prazer, sugestões antecipadas e correções para meus inevitáveis enganos, lapsos e confusões.

II

No 3º ano demos os primeiros passos nas cadeiras de direito comercial e criminal, continuando com Dino Bueno no programa de direito civil.

Em comercial defrontávamo-nos com Brasília Machado, orador famoso, homem de olhar-relâmpago que, naquela altura, beirando já os sessenta anos, ostentava ainda no porte, no andar e nos ademanes senhoris a fama de grande mestre da eloquência judiciária, "primus inter pares" na bela constelação que aqui frequentava a tribuna do júri. O lente sempre refugou a posse da cadeira de criminalista, porque, nas defesas de casos intrincados, que assumia com vigor e conduzia com brilho incomparável, não queria talvez, pôr em contradição, mesmo aparente, o que lecionava na cátedra e o que propugnava no júri.

Em criminal, no primeiro mês, não pude-

mos conhecer o catedrático, que era José Mariano Correia de Camargo Aranha e tivemos, por isso, a nos conduzir com desembaraço, mas sem maior proveito, dado o seu afastamento imediato em representação política. Candido Mota que, na cátedra representava, exatamente, a corrente contrária ao classicismo de Camargo Aranha. Candido Mota, que foi um dos introdutores entre nós, das novas correntes penais que tinham na Italia o seu maior celeiro de doutrinadores, pertencendo a cadeira a um outro, limitou-se, elegantemente, a discorrer sobre a história do nosso Código de Processo Criminal, de 1841 e os decretos complementares que tanta agitação causaram ao país. E nessas aulas iniciais, no campo da história do direito fazia um desenho largo do que representou o Código Criminal de 1830, que libertou o Brasil do regime bolorento e feroz das Ordenações portuguesas, expedidas, aliás, por um rei espanhol Felipe II, que cingia as duas corôas. Terminada aquela explanação historica, lá se foi ele para a atividade política - e apareceu na cátedra Camargo Aranha, com sua voz polpada e macia, em que exitava expansões fogosas, reftreando-se pelo regime que se impusera, dada a moléstia que o minava.

Era Camargo Aranha um admirável expositor, com domínio de ampla e severa humanística. Católico fervoroso e monarquista intransigente, pautava a vida privada e a funcional por linhas de impecável religiosidade. Tanto lhe merecia o culto do credo político, como o familiar e o religioso. Entretanto, seu curso foi entrecortado de substituições e prejudicaco por ausencias de meses seguidos. Já no 3º ano quem a parecia na cátedra, de agosto a outubro, era João Ar-

ruda, que ainda voltou a dar-nos esse curso, com a proficiência em que era exímio, também no 4º ano.

Brasílio Machado, após uma série de lições torrenciais, em que o orador e o artista, a cada passo, ostentavam suas esporas douradas, passou o curso de comercial a outro mestre que mais tarde lhe herdaria a cadeira e o prestígio, embora não pudesse receber o legado da eloquência - era Frederico Steidel.

Assim foi no 3º e no 4º ano.

- Qual o melhor dos dois, o mais perfeito como professor?

Dividiam-se as opiniões, o que atesta os dotes de ambos: - na altura em que se colocavam era, efetivamente, difícil classificar um acima do outro. A meu ver, Brasílio era insuperável: - sua exposição era fluida, fácil, cantante, segura nas referências, exatíssima nas definições. Nós, que tomavamos notas daqueles discursos da cadeira, iam, com sofreguidão, depois das aulas, conferir números de decretos e opiniões de comercialistas estrangeiros para apanhar uma possível claudicação. Nunca apanhamos uma. Ademais, a voz, ligeiramente nasalada, a elegância da expressão e a precisão vocabular nos períodos que se derramavam com abundância e gosto, exerciam domínio completo sobre a classe. No curso de 1909, já no quarto ano, em Direito Comercial Marítimo, abriu ele o vôo linguístico ao comentar o Regulamento das Capitâneas dos Portos, promulgado pouco antes e entrou a falar de nomes de peças de navios, movimentos, aparelhos de segurança, "membra et instrumenta navis" com uma profusão estonteante. Era língua de marujo consagrado, que fazia pensar na Escola de Sagres e nos mandava para os dicionários, a anotar aquela vasta terminologia. O Regulamento ficava valorizado

pelas lições de Brasília e passava a ser peça literária. Logo depois entrou a comentar os dois decretos do ano anterior, 2.024 e 2.044 mas deu preferência ao da letra de câmbio, que assumira sua nova feição de título autônomo. E a sala se enchia de advogados militantes que iam aproveitar aquelas suculentas exposições, à porfia com os alunos do curso.

Ora, suceder na cadeira a um homem desse porte, não era tarefa cômoda - mas Steidel deu boas contas da substituição. Se não tinha "o estilo balançado" do tribuno condoreiro, contemporâneo e amigo de Castro Alves, emparelhava com ele em clareza, em segurança, em rigor e dignidade.

o o o o o o o

Numa ausência maior de Dino Bueno, chamado ao exercício de funções políticas ou a encargos semelhantes, tivemos na cadeira de direito civil, no 3º ano, José Ulpiano que foi, naquele curso, o primeiro a nos falar de Planiol e Baudry. Eram nomes novos para a bibliografia dos civilistas. Lembro-me bem que, por força da sua recomendação, saíram os estudantes mais abonados e foram, aos magotes para a Livraria Alves, situada na rua de São Bento, e esgotaram os exemplares ali existentes. Contribuiu também para essa aquisição em massa a referência feita pelo lente a um parecer de Rui Barbosa que confessava ter encontrado nalguns metros dos livros de Marcel Planiol mais variadas lições e mais interessantes comentários do que nos muitos quilômetros de leitura que vinha ingerindo de autores estrangeiros, desde longa data. Naquele biênio 907-908 dois mestres de alto coturno

reforçaram poderosamente a Congregação e puderam alcançar-nos no curso, embora em rápidos contatos - Gama Cerqueira e Estevão de Almeida. Os concursos por eles prestados já atestavam o que poderiam ser. O porte alto dos concorrentes dava a medida do porte dos vencedores. Alfredo Pujol e José Mendes (que mais tarde viria para a Congregação, por um prodígio de pertinácia e força de vontade), principalmente o primeiro, eram apontados como os prováveis vitoriosos, mas Gama Cerqueira, tanto na prova escrita como na dissertação oral abriu luz com grandes sobras sobre todos eles. No concurso de Civil inscreveram-se Estevão de Almeida, Rafael Sampaio Vidal, Osório Dias de Aguiar Sousa e Teófilo Benedito de Sousa Carvalho, o "Pajé", que também, após investidas in frutíferas, alcançaria uma cadeira alguns anos mais tarde. Estevão foi, nas provas de civil, o que Gama Cerqueira, tanto na prova escrita criminal. O velho Mamede falecera naquele ano de 1908, em agosto, e foi sepultado a 9 daquele mês. Não tivemos as festas comemorativas da fundação dos cursos jurídicos - mas, em compensação tivemos três dias de luto - luto e folga.... Mamede tem sido tratado com injustiça e acrimônia por muitos dos seus biógrafos. Ninguém contesta que era um misantropo, um homem fechado e ríspido, aliás mais na aparência do que no trato. Já procurei descrever sem acrimônia, esse velho satura em artigos de uma série que há seis anos andei rabiscando e que um dia, se Deus me der saúde e folga, reunirei em volume, após um indispensável expurgo de vários enganos e cochilos. Mas acentuei que Vicente Mamede, como todo misantropo, isolando-se de contatos e intimidades com amigos e com o meio em que vivia e o meio estudantil é especialmente agitado e barulhento - o que só percebemos e medimos de-

pois que os anos rodam, em dezenas, sôbre nossas vidas), ficou intoxicado com o próprio azedume da existência de cenobita - acabou sendo um ente de que os outros fugiam, que todo o mundo evitava agravando o sofrimento e as agruras desse deslocado social. Mamede era severo com si mesmo, pontual e ríspido em sua vida, e defeituoso em seu sistema de ensino, mas inspirado por estrito senso de justiça. Quem lhe acompanhava as lições e sabia de cor os capítulos dos livros dos dois conselheiros - Ribas e Lafaiete - estava garantido. Quem não soubesse esses textos, ficava para a segunda época. Era o seu sistema: com isso prejudicou-se mais a si, o pobre e honrado velho, do que aos alunos que implacavelmente ia podando nos exames. Com a morte dele, Dino Bueno assumiu a direção da casa, e a cadeira de Mamede, foi ter a José Ulpiano. Mudança de água para vinho, e vinho capitoso, de esplêndido mosto, estimulante e rico de vitaminas, até então desconhecidas.

Nós ficamos com Estevão de Almeida, nos intervalos em que Dino Bueno nos largava. Eram do mesmo estalão didático, embora Estevão tivesse contra si a exposição às vezes gaguejante. Mas supria a diferença com a fala vernácula, em que os mestres lusitanos haviam deixado marca indelével.

No 4º tivemos ainda, com Almeida Nogueira, o curso de Economia Política. A matéria tem hoje uma di vulgação muito maior. O que aquele professor duplamente grande, no porte físico e na possança intelectual, nos ma nistrava era um curso dos mais sedutores e brilhantes. Al meida Nogueira - sôbre cuja figura escrevi recentemente um artigo que o Digesto Economico vai publicar no número de dezembro - era da família dos nossos parlamentares de maior poder de persuasão e de maior autoridade

na tribuna. No Senado paulista esteve sempre na primeira linha - e num tempo em que aquela casa conspícua, a brigava figuras ilustres que honrariam qualquer parlamento de nação culta.

Alí se assentou ele ao lado de Duarte de Azevedo, emérito lente de direito romano de passadas gerações e Conselheiro do Império; de Rubião Júnior, Paulo Egídio Rodrigues Alves, Bernardino de Campos, Siqueira Campos, Pinto Ferraz, Gabriel de Rezende, Herculano de Freitas, Reinaldo Porchat, Candido Mota, Ramos de Azevedo - e outros, e outros, e outros desse estalão.

Almeida Nogueira, ao desembaraço expositivo, à elegância das atitudes e à firmeza com que conduzia o seu curso acrescentava modos de perfeito "gentlemen". Era orador, parlamentar e diplomata; sua verve, que se manifestou largamente na série dos volumes de "Tradições e Reminiscências da Academia de São Paulo", trabalho prodigioso que ele arrancou de documentos confusos, completando-os com indagações pacientes e hábeis, também se manifesta no curso que, para amenizar alguns capítulos massudos de definições e pareceres, ele vestia de narrações jocosas, mas adequadas que ilustravam o assunto e fixavam seus lineamentos. Já alguns haviam qualificado aquele curso de "Pilhérias Econômicas". Sua orientação prendia-o à escola de Macleod e ao seu compêndio que, pelo sentido objetivo com que encara e interpreta os fenomenos economicos até hoje pode ser lido com interesse e proveito. Vencida a barreira do 4º ano, lá fomos nós, em 1910, para o 5º.

As cadeiras de base que aliás, deveriam começar um ou dois anos antes, eram as de Prática Forense e Teoria do Processo. Alí tínhamos nós, no alto da cátedra,

João Mendes Júnior, figura singular de homem, cujo saber profundo só tinha parelha na sua perfeição moral que o enquadrava na família dos santos. As longas barbas brancas que lhe cobriam o queixo e um ar de permanente abstração, com um tom de bondade que se irradiava do olhar doce e às vezes risonho, faziam-no parecido com o busto de Hipócrates que se encontra nas Enciclopédias. Como lente, e não obstante certos tropêços nalguns períodos, demonstrava, a cada passo a profundeza dos conhecimentos. Suas lições, em parte maior, foram apanhadas taquigráficamente pelo nosso colega Amador da Cunha Bueno Junior, o benjamim da turma que parece ter chegado com menos de 20 anos ao fim do curso e que se desdobrava em atenções e em carinhos com o mestre inolvidável. Nas outras cadeiras tivemos - Vilaboim em direito administrativo, Ernesto Moura em legislação comparada e Amâncio de Carvalho em Medicina Legal. Vilaboim era lesto e brilhante, mas ensinava pouco e circunscreveu o curso a uma dúzia e meia de aulas; já a política o empolgava e essa dama tem sido a grande sedutora de mestres de direito que, sem a sua tentação, haveria dado professores completos porque à largueza e variedade de conhecimentos, acrescentavam a nitidez da exposição. Nesse ano a agitação hermistá apanhou Vilaboim em suas malhas, juntamente com Rafael Sampaio e Rodolfo Miranda, que aqui compunham o trivirato do P. Conservador - e essa absorção prejudicou o nosso curso. Isso não obstou, entretanto, que na eleição de paraninfo, vencesse Vilaboim, que nos apadrinhou a colação no dia de Natal. Ernesto Moura foi, também, mui pouco assíduo e já desinteressado da cadeira, pois planejava a mudança para o Rio, o que logo após realizou, mas em assiduidade, zêlo pela sua cadeira e verdadeira paixão pelo ensino a bacharelados, tínhamos o já

velho Amâncio de Carvalho que supria, pelo esforço, o que, porventura, lhe faltava em brilho e meneio estilístico.

Na qualificação e certos estados ou no estudo de alguns pontos de debate escabroso - e que eram, por isso, os mais minudentemente estudados pela turma - não recorria a circunlóquios ou eufemismos: dava os nomes aos bois - ou às vacas - conforme as circunstâncias.

Mas o quadro no curso tinha uma cadeira complementar, que nos pôs em contáto com um dos maiores professores que jamais passaram pelas Arcadas e que, por um estranho destino, ensinando majistralmente durante quase trinta anos, nunca chegou à Catedrático - era Rafael Correia da Silva Sobrinho. Nele o professor denunciava, a cada passo, o causídico. Foi um advogado completo e uma das maiores autoridades em questões de terras que, então se debatiam emações valiosas e encarniçadas.

Coube-lhe no 5º ano o curso de processo criminal. Dois meses de aulas magníficas. Rafael dominava o assunto, excursionava pelo campo da prática, fixava exemplos vivos e usava em tudo isso uma linguagem do melhor cunho, por ele colhida nas longas leituras dos clássicos portugueses. Amigo de meu pai e seu contemporâneo de curso, mas saído três anos antes, confundiam-se no credo religioso, mas divergiam, muitas vezes andaram às turras, por dissensões políticas: era monarquista ferrenho e acompanhou, até o fim da vida, a orientação ortodoxa do Partido Conservador aqui traçada em preceitos inexoráveis por João Mendes de Almeida, o Velho.

Foram estes os nossos mestres, foram esses os nossos amigos. As figuras dos sobreviventes, Por-

chat e Ulpiano continuam a receber, sem esmorecimentos, até hoje, nossa admiração especialmente carinhosa.

Para os outros, os que se foram como foram tantos colegas nossos, mitigamos a saudade de suas ausências com um culto crescente às suas memórias.

III

Rabiscados os perfís dos lentes e dada notícia resumida dos seus cursos, ficaria incompleta a galeria se nela não recordássemos algumas outras figuras da secção administrativa. E desta, com a sua insuperável autoridade, a do secretário Júlio Maia, funcionário que exercia funções intermédias entre os directores e os lentes, o homem que melhor conhecia e interpretava regulamentos, que esmiuçava papéis de matrícula, de inscrição de concursos e de prazo para recursos e exercia atenta vigilância sôbre os trabalhos de todo o funcionalismo e a vida escolar de todos os alunos.

Vinha naquele posto desde remotas gerações. Bacharel da turma de 1884 - a que pertenceram Godofredo Cunha, Edmundo Muniz Barreto, Sebastião de Lacerda, Pedro Tavares Junior, Sabino Barroso, Gastão da Cunha, Ludgero Coelho, Constantino Paleta, Benjamin Aroeira, Luís Sanches de Lemos, Olavo Egídio, Antonio Lobo, José de Campos Novais, Pedro de Toledo, José Maria Bourroul, José Pereira de Queirós, Adolfo Correia Dias, José Ferraz de A. Negreiros, Alfredo da Gama Lobo d'Eça, Antonio Mercado, Eduardo Canto, Gastão de Mesquita, Possidônio Cunha, Rafael Márques Cantinho, João B. Martins de Menezes e outros muitos já mortos, e da qual ainda restam, ao que sei, quatro sobreviventes paulistas - An

tonio de Pádua Sales, Eugênio Egas, Joaquim Álvaro de Sousa Camargo e Augusto Freire da Silva Júnior - logo após a formatura viera trabalhar na Secretaria da Faculdade, à convite do diretor, conselheiro André de Pádua Fleury. Mais tarde, com a aposentadoria do secretário André Dias de Aguiar, assumiu Júlio Maia o posto no qual se conservaria até a sua aposentadoria compulsória por dispositivo da Constituição de 1934, quando estava para perfazer cinquenta anos inteiros de ininterruptos serviços. Bem se compreende, portanto que, quando viemos matricular-nos no 1º ano, já o encontramos firme no posto de secretário, com "vinte anos de casa" e com o feitiço trancado, de aparência externa azêda que dava dele uma impressão de homem obstinado e áspero. Era essa a sua fama. Com o tempo, e com o que dele se vinha, aos poucos sabendo, a impressão se atenuava e levava a indignações: - Por que motivo ou razão teria aquele funcionário tão exato no cumprimento dos seus deveres e de coração tão mole perante estudantes necessitados de socorro, aquele ar carrancudo e inóspito?

Um seu companheiro de trabalhos, e visinho de mesa durante longos anos, que o estudou com rigor, o dr. Aureliano Amaral, genro de João Monteiro e sub-secretário da Faculdade, dele escreveu com penetrante agudeza - "trás sempre a cara intencionalmente "amarrada" para que não esteja continuamente a extravasar toda a bondade que lhe vai por dentro". Ora, um homem que "fecha a cara" de propósito, para evitar pedidos a que não saberia resistir, acaba por ficar de cara fechada por hábito e passa a figurar na categoria dos enfesados de que a gente evita aproximações.

Mas a estudantada, que já lhe conhecia esse processo, afrontava o velho secretário e vencia,

frequentemente, aquela artificial barreira. Ao lado de Vicente Mamede de Freitas, que era um introspectivo, e misantropo, feitiço amargurado e sêco, Júlio Maia representava um meio termo de acomodação que nos animava a pedidos mais ousados que o diretor, se abordado, de chofre, faltamente indeferiria.

Baixo e escondido atrás da sua mesa que mal se divisava no postigo da antiga Secretaria, sua atividade era constante, ora a dar ordens a bedéis e serventes - que tinham mais medo dele do que dos diretores - ora a fazer advertências secas aos alunos. Era preciso tratar com ele, em períodos espaçados, para se sentir a lhaneza recôndita e a generosidade que o trabalhava por dentro. O gostinho do homem era fingir de mau e trancar a cara para deixar aturdido o estudante e que o procurasse. Com os calouros, em dia de matrícula, havia cejas deste teor. Recebido o requerimento fartamente documentado, desfechava a pergunta:

- Quem é F. de Tal!

- Sou eu.

- Tem certeza disso?

- Ora essa...

- Ora essa, não sr. Tem ou não tem certeza? Qual a prova que dá dessa "certeza"?

E enquanto o calouro, meio atônito, ordenava argumentos e provas para o esclarecimento, ele revirava o papel, alisava o bigode, anotava - ou fingia que anotava - qualquer coisa e dizia:

- "Pode ir. Está matriculado..." E dava as costas ao estupefato requerente, indo rir daquela atrapalhação no canto da sala.

Como contra-partida nós, quando podíamos,

lhe pregávamos das nossas: e ele dava o cavaco... Tinha Júlio Maia dois filhos que foram nossos contemporâneos: Renato, da turma de 1909 e o malogrado Silvio, da de 1911, falecido em condições dolorosas, num curso de avassaladora neurastenia. Renato com variantes e vantajosas atenuações, retratou bem a figura do pai - no zêlo e minudências, às vezes irritantes, que empregava nos trabalhos de secretário da Junta Comercial e no rígor com que cumpria os deveres do cargo. A repartição, que era desordenada, converteu-se em modelar após o seu longo secretariado. Recebera por herança paterna um e edificante patrimônio de sisudez e austeridade e esse patrimônio, na vida profissional e na da família ele não fez senão engrandecer e honrar. Renato Maia foi um Júlio Maia modernizado e de ação mais ampla e eficiente.

Em 1934, ao ser alcançado pela aposentadoria compulsória e no ato de receber uma homenagem das mais comovedoras que na Academia tenham sido prestadas, relembrou o velho secretário a pecha em que fôra tido por tantas gerações de estudantes, pécha que ele mesmo especificou, de "exigente e ranzinza" e evocou seus 50anos de trabalho para proclamar, de consciência tranquila e sem palavreado inútil que "tinha apenas cumprido o seu dever". Era exato nessa auto-apreciação. Todos o reconheceram e todos, lentes e alunos, o ovacionaram.

Não resistiu à inatividade da aposentadoria mais de três anos - e faleceu no dia 31 de dezembro de 1937, sendo sepultado no cemitério da Consolação no dia seguinte, que era o dia de Ano Bom, 1º de janeiro de 38.

Estava a Faculdade fechada, os alunos em

férias e o cortejo fúnebre não contou com a mocidade alvoroçada para disputar as alças do caixão nem com oradores estudantes. No momento de baixar o corpo à sepultura ouviu-se, porém, uma voz - a de Reinaldo Porchat, que se investiu na qualidade de "representante dos moços", do corpo de alunos, já que estes ali, não haviam podido comparecer - e proferiu um dos seus mais comovidos discursos. Julio Maia teve o louvor que merecia nessa peça magistral: o Porchat, professor, falou como falaria o Porchat, aluno de 1891, quando Júlio Maia já era secretário. Falou por todos nós, no cumprimento de um mandato tático que cinquenta gerações de estudantes lhe haviam, desde longa data, conferido.

o o o o o o o o

Abaixo do secretário com quem nos entendíamos - ou nos desentendemos tantas vezes - vinham os bedéis com os quais nos misturavamos, durante o curso: Pedro Dias da Silva, o Pedrão, no 1º ano; Claro, no 2º, Júlio no 3º, Frederico, no 4º; Narciso, no 5º. Como reserva, ainda nos ficava o Mota, que era bedel e porteiro.

O Julio também se formou e veio a ser bibliotecário, à princípio, e depois arquivista - e ainda se encontra, meio deslocado naquele recanto de documentação venerável, mas firme e com saúde. Claro, está aposentado. Mota e Narciso já desapareceram do rol dos vivos, o que também sucedeu ao Pedrão.

Frederico está firme, também aposentado, e vai fazer a chamada da nossa turma numa "aula"

de simbólica evocação que devemos receber do mestre José Ulpiano, no próximo dia 15.

Pedirão, que recebia os calouros no limiar do curso, ficava com a sua situação de "pai putativo" da turma até o fim do quinquênio. Deram-lhe depois o apelido de "mãe dos calouros". Ele ria, gostosamente, com o epíteto, numa risadona franca e aberta, que mexia a sua vasta bigodeira, uns bigodes negros, luzidios e fartos, tipo lusitano, dos tempos do Brasil-Colônia. Ficou ele mais estreitamente ligado à nossa turma porque, por exceção, nos acompanhou dois anos seguidos. Pedirão era amigo da classe, tomava-a sob suas vistas paternais ou - se o preferirem - maternais, com a voz descansada de caipirão de Santo Amaro, com os ll e rr salivosos, tangia o rebanho, defendia-nos das arremetidas às vezes brutais dos "enfeitados" nos primeiros dias e assumia, assim papel de escudo protetor contra tropelias. O bedel Claro - que, aliás, era moreno e pálido - uma palidez de opilado - tinha um ar desanimado e meio indiferente pela sorte da classe; Júlio, hoje bacharel como nós outros, moreno e pálido, de olhos verdes gateados, era mais rigoroso e não dava as "brechas" que o Pedirão concedia por sistema ao registro de presença. Mora era um pardavasco de tês chocolate, barba rala, corpo meio desengonçado, e danava-se quando os trocistas assoalhavam que ele era filho enjeitado do conselheiro Pires da Mota. Narciso, o mais velho de todos, barbas brancas, bem espessas, fala pausada, tinha uma cara venerável em que alguns notavam semelhança com a do conselheiro Lafaiete: Bedel privativo do 5º ano, ano em que, por tradição, - depois, ao que parece, inopinadamente quebrada - não havia reprovação, tinha o exercício do cargo livre de complicações e artifícios. A frequência, para muitos dos

lentes, era livre e voluntária. Rafael Correia e Aman-
cio de Carvalho mandavam fazer a chamada e acompanhavam
a cantata dos nomes, o primeiro com os olhos penetran-
tes, o segundo com um lápis bem aparado. Os demais qua-
se dispensavam essa formalidade - e o bedel se benefi-
ciava dessas dispensas, tanto como os alunos.

Foi o Pedrão que, no 1º ano, recomendou
à nossa proteção, o preto Leôncio que fazia ponto no pá-
tio e aparecia com assiduidade nos primeiros meses para
conhecer "a rapaziada" e lançar as amarras de um conhe-
cimento que, com o tempo, se convertia em tutela alimen-
tícia, pela comiseração que despertava o aspecto daque-
le preto, cozinheiro de antigas "repúblicas", desvasta-
do pelos estragos da pinga e da vida miserável que leva-
va. A recomendação do Pedro era das mais autorizadas:

- Ih! Se os srs. conhecessem esse negro
como eu conheci, fazendo discurso em festa do Divino em
Santo Amaro... Falava tão bem como o dr. João Monteiro!"

Quando, em maio de 1906, o Largo de S.
Francisco se converteu quase em praça de guerra, e a A-
cademia abriu suas portas para dar abrigo a grevistas e
xacerbados, o Pedrão desdobrou-se numa atividade nova
para defender a sua rapaziada. A polícia, com prover-
bial inabilidade, havia destacado alguns secretas para
policiarem o largo, e entre estes, de caras e aspectos
conhecidos, incluiu o escrivão Bertrand que para ali,
foi, levando à cinta um pesado revolver, calibre 38. A
notícia correu célere considerada provocação acintosa e
um grupo mais decidido, composto pelos gauchos.

Basileu Azeredo, Lino Moreira, Eurípides
Brasil Milano, Joca de Freitas Vale e Joaquim Domingues

Pereira Filho (mais conhecido pelo apelido de Seixas ou Seixas das Cacetadas) e pelos paulistas Nilo Costa, Mário Aranha e Ricardo Gonçalves - decidiu, de pronto, expulsar a cacete, das proximidades o funcionário policial e os que lhe guardavam as costas. E lá foram, dispostos a tudo.

Pedrão acompanhou o grupo, depois de aconselhar baldamente: "Os srs. vão se arriscar muito. Essa gente é capaz de tudo, até de matar estudante..."

Minutos depois, nas sombras de um dos coqueiros do largo, uma saraijada de bengaladas envolvia Bertrand e um dos "tiras" mais próximos. Foi um esparraço que deixou o largo limpo de gente, depois de alguns tiros de revolver. Outros secretas retiraram-se cautelosamente e a turma da "limpeza" voltou triunfante ao pátio, onde já se abrigavam vários grevistas, aliás de catadura muito pior do que a dos mantenedores da ordem pública.

Pedrão voltou também, com o espírito aliviado de maus presságios. A uma interpelação nossa, sobre o que fôra fazer junto dos policiais, respondeu:

- "Eu fiquei vigiando. Se "eles" quisessem atirar nos moços, de traição, eu "entrava"..."

E tinha que "entrar" de faca, porque não manejava outra arma.

Pedrão faleceu em 1937, meses antes da morte de Júlio Maia.

Para muitas turmas aquelas vidas andavam irmanadas, embora fosse alta a situação funcional do secretário, e modesta e apagada a do bedel. Mas o afeto em que eram ambos envolvidos os nivelava na família das

Arcadas. E ainda agora, revendo pela imaginação e pela saudade essas figuras diletas, tão diversas na sua projeção social, de níveis culturais tão extremados, sinto que nós, os sobreviventes daquela geração, ainda as confundimos e consolidamos num bloco único,^{em} que pomos todas as efusões de uma velha amizade, porque com eles, com suas imagens e suas memórias, se confundem impressões de uma época da vida que, para a maior parte de todos nós, foi das mais despreocupadas e felizes.

IV

Foi um dia cheio de impressões, doces umas, melancólicas outras, todas ricas de afetuosidade e até de ternura; as deste último 15 do mês. Reuniram-se em São Paulo os componentes da turma, não todos os que poderiam aqui estar - e, certamente desejariam confraternizar jubilosamente conosco - mas quase todos, alguns deles distanciados dos companheiros por quarenta anos de separação...

No saguão da Igreja de S. Francisco que guarda, na entrada, o mesmo aspecto acolhedor de velhos tempos, com aquele vestíbulo familiar em que são permitidas expansões ruidosas e profanas antes dos atos respeitáveis do culto católico, naquele velho saguão - o correram os primeiros encontros. Trocam-se os primeiros abraços, desfecham-se as primeiras indagações e - ai de nós! - começam as primeiras surpresas, sobre a devastação das quatro décadas nas fisionomias que conhecemos à hora da separação, naquele ano de 1910, risinho, auspicioso, cheio de promessas.

Uns, e são maioria, guardam os traços facilmente reconhecíveis das fisionomias da colação, ape-

nas com o prateado rutilante ou baço dos cabelos; outros, em pequeno número, obrigam a indagações e buscas nos alforjes da memória. - Quem sou eu? Lembre-se..." E a pergunta fica no ar, por poucos segundos, até que, instantaneamente, explode a resposta, com impressões de espanto:

- "Fulano! Você, gordo e sólido, V. que era um magriço, esgui, de bigodinho espevitado...E desse teôr são vários encontros.

Na missa, com os olhos nos que ali estavam, ajoelhados, cada um rezando por si e orando por colegas e amigos, perpassavam sombras dos que se ausentaram para sempre. Esses nomes iam ser ouvidos, como o foram, um por um, na chamada que o bedel Claro iria realizar, à hora da aula.

Da missa, já apagadas as primeiras impressões e como que reacendidas a cordialidade e a efusão dos velhos dias de encontro no pátio, passamos para a casa veneral onde íriamos continuar outras cerimônias do mesmo culto de saudades.

Já alí nos encontravamos com os mestres sobreviventes da antiga Congregação, Reinaldo Porchat e José Ulpiano e com eles fomos para a sala que João Mendes Júnior preside, de corpo inteiro, naquele retrato do qual emerge o homem insígne, fisionomia de velho profeta, cuja sabedoria e profundidade de conhecimentos só eram excedidas pela sua cordura de modos e sua simplicidade apostolar.

Sentamo-nos. Os 76 ou 77 de 1910 (e a Lista Geral não assinala os que se inscreveram depois de maio) estavam alí reduzidos a trinta e um - Antonio Ro

lim de Oliveira, Carlos da Silva Costa, Amador da Cunha Bueno, Manuel Elpidio Neto, Bernardo Belo Pimentel Barbosa, Leonidas Garcia Rosas, Alcebiades Delamare Nogueira da Gama, Afonso Celso de Paula Lima, Raul Vergueiro, Candido Alves Nilo, Pelagio Lobo, Heládio Capote Valente, Enéas Cesar Ferreira, Alfredo Eugênio de Paula Assis, Eurico Teixeira da Fonseca, José A. de Almeida Amazonas, Gofredo T. Silva Teles, José Alves Nunes, Florivaldo Linhares, Esdras Pacheco Ferreira, Benedito Alipio Bastos, Flor Horácio Cirilo, Aureliano C. do Amaral Júnior, Telésforo de Souza Lobo, Antenor de Macedo, Cícero de Almeida Lemos, Gastão de Araújo Jordão, Amadeu Mendes, Amando F. Soares, Caiubi, Rodolfo Rodrigues de Lara Campos e Rodolfo Lima e Silva.

Faltaram à convocação, por motivos vários - compromissos, distancia, moléstia e impedimentos outros, que não conhecemos ainda - Aureliano Leite, João de Aquino, Milton Arruda, Enéas Soares do Couto e Carlos Waldemar de Figueiredo, no Rio; Tenison Ribeiro, João de Deus M. Barreto de Barros Falcão e José de Sousa Dantas, em Santos; Bento Domingues de Castro, Eusébio Egas Botelho e Virgilio Rodrigues Alves Filho, em São Paulo; Osvaldo Degrazia, no Rio Grande do Sul; Luís de Miranda Fonseca, em Minas e Abelardo Augusto de Melo Fernandes, no Paraná.

A aula começou. Na cátedra, José Ulpiano Pinto de Sousa deu-nos uma de suas preleções magistrais. Foi um histórico simples, nítido, seguro nas indicações, números e datas - como aquele mesmo Ulpiano dos tempos de catedrático ou substituto no ensino do direito civil. Recordou de início - e nessa recordação pareceu reviver fastos agrídoces dos seus primeiros a-

nos de professorado - que, nomeado, após concurso, para substituto da 4a. Secção, em janeiro de 1896, de conformidade com o decreto que reformou o sistema de séries, teria a seu cargo as cadeiras de direito romano e legislação comparada. Nelas, porém, pouco tempo se demorou, devido a um decreto "com o qual o govêrno fez o favor de o deixar sem obrigações...". Dalí passou para substituto de outra secção e entrou na sua seára predileta - romano e civil, até que alcançou a cátedra efetiva, em 1908, após a morte de Vicente Mamede, nela se conservando até a disponibilidade que o alcançou - "por um decreto inesperado e benéfico do sr. Artur Bernardes, em 1925..."

Desse resumo vivo e breve, com a mesma louçania dos antigos tempos, passou o mestre, em períodos bem humorados e tocados de lhanza risonha, a falar das cadeiras que regeu e das complicações que o regime antigo, regime português das Ordenações e da "Lei da Boa Razão", impunha aos estudos de direito. Confessou José Ulpiano que nunca se conformou com aquele regime de aplicar-se a fatos, contendas, litígios e negócios uma legislação escrita em latim, para os romanos, um povo de outra era, num mundo diverso e estreito, com outras necessidades, de tão diversa formação; e menos ainda se conformava com aquele sistema jurídico multifário que applicava o texto romano coligido dezoito séculos antes pelo Imperador Justiniano, modificado por Ordenações de 1595 e depois applicadas, em conjunto, com outras modificações trazidas pela Lei da Boa Razão, a dos Estatutos da Universidade de Coimbra e por essa torrente de Alvarás da Casa de Suplicação e outras velharias incongruentes. Lembrou que o manancial para os estudos do direito civil era vasto e confuso e forçava estudantes e professores a

recorrerem a lições e preceitos que eram de outras eras e assim eram adaptadas à era nova, movimentada, quando já a França tinha o seu Código Civil, promulgado na era napoleônica, a Itália e Portugal Códigos próprios e o Brasil continuava no regime rançoso daquelas velharias.

Mas veio o Código Civil Brasileiro, monumento cuja perfeição José Ulpiano exalta, com o mesmo ardor com que o lhe recebeu a aplicação em 1º de janeiro de 1917. Compara-o com outros Códigos vigentes e acentua a superioridade do nosso na clareza modelar do texto e no número de artigos; 1.807 (sendo os dois últimos relativos à revogação da legislação anterior), comparado com outros - o português, com 2.400, o italiano primitivo com 2.147, o alemão com 2.385 - e por aí fora.

A facilidade trazida aos estudos pelo Código Civil Brasileiro, que Ulpiano declarou que no seu curso recitava de memória, porque o sabe, ainda, "de cór e salteado" rejuvenesceu os estudos e deu campo a uma vasta e brilhante série de estudos e obras que honram a nossa cultura.

Nada mais de Assentos da Casa de Suplicação e Ordenações do Rei Felipe ou das Novelas de Justiniano... Tudo fácil, pronto, claro.

E a turma de 1910, que seis anos após a formatura, passou a trabalhar, na advocacia ou na magistratura ou nos estudos, com o nosso Código deve em grande parte, a essa facilidade e a esse novo espírito o aspecto de jovem que ainda ostenta, aspecto que certamente não teria, se ainda estivesse obrigada aos estudos do direito romano, em latim, como direito subsidiário

das velhas Ordenações e outras legislações, "esparsas", confusas e "extravagantes"...

Por isso, do alto daquela cátedra em face dos antigos alunos, hoje prezados colegas - o lente não tinha mais do que se congratular com eles, felicitá-los por esses quarenta anos de formatura e pela atividade de todos sob o regime do nosso Código Civil.

Ulpiano é o mesmo lente do quinquênio academico da turma que ali reuniu sua maioria de sobreviventes: a voz tem o mesmo vigor, o pensamento a mesma clareza, o olhar o mesmo brilho, o vulto a mesma firmeza de postura, o mesmo desembaraço, a mesma simpatia.

Ao final da lição, seguiu-se, feita pelo antigo bedel Claro, a chamada. Ao nome dos colegas falecidos - em número de 28 - todos se levantavam em silêncio. No final, o "benjamin" da turma, Amador da Cunha Bueno, o "amadorzinho" proferiu discurso de agradecimento aos mestres presentes pela honra e pela alegria da sua companhia.

Discurso vibrante, com ímpetos que atestavam o vigor da palavra do orador "acadêmico": de um templo religioso, a igreja de São Francisco, em atmosfera de santidade e de elevação espiritual, havíamos passado para um outro templo, em que todos se sentiam tomados de uma igual elevação espiritual. Nas cátedras da velha Escola ensinava-se o direito em suas linhas puras, assim como na igreja os preceitos da moral cristã em suas linhas ao mesmo tempo suaves e sublimes. Mas os preceitos do direito, que nas cátedras se ensinam nem sempre são aplicados, na prática, com a pureza da sua inspiração por muitos juizes, nem entendidos, sem artificios cusados de chicana, por muitos juristas.

A volta de antigos acadêmicos àquele ambiente teria, portanto, o efeito salutar não só de matar saudades, mas de restaurar profundas e salutares impressões que o quinquênio lhes gravara no espírito e nos corações. Ao final, e numa referência carinhosa aos mestres ali presentes, exaltou as duas figuras de Porchat e Ulpiano, figuras varonís que, na vida prática sempre mantiveram a mesma pureza pregada na cátedra, a mesma dignidade de atitudes ensinada aos alunos nos seus cursos. Os votos dos antigos alunos eram para que aqueles mestres insígnies continuassem ainda por longos anos a dar esses exemplos fecundos, a alunos e a estranhos para o fortalecimento da consciência jurídica e moral da pátria, agora tão conturbada e cheia de apreensões.

Porchat levantou-se afinal, para proferir seu agradecimento àquelas manifestações: se o físico do mestre mostra depauperamento, a inteligência ainda fulgura, como fulgurava outrora na palavra do orador. Tem idéias, tem imagens, tem o vigor da expressão e o domínio da palavra na mesma correção de estilo e no mesmo brilho verbal. Ao fim, congratularam-se todos e confundiram-se em amplexos afetuosíssimos, aos mestres e os trinta e um alunos.

Após visitas de alguns que não conheciam a nova faculdade e suas amplas instalações, realizou-se o almoço no restaurante do Clube Comercial. Não foi menos jovial a reunião. Tiveram muitos - poderia dizer quase todos - a sensação agradabilíssima de um rejuvenecimento e de refôrço físico considerável.

Quando nos encontramos ao comemorar os 35 anos de formatura, alguns andavam "perrengues" e frouxos, por múltiplas causas. Os que resistiram a es-

sas experimentações ficaram renovados e foi um júbilo geral verificarmos que o verbo de Flor Horácio Cirilo, o orador petroleiro do quinquênio, o sujeito perigoso, arrojado e candente, guarda o mesmo vigor e o mesmo brilho; que Alcebiades Delamare mantém o feitio conservador, ordeiro e impetuoso em seus arrancos oratórios; que em Carlos Costa se acende a mesma crepitação, viva, ágil, graciosa dos tempos da República da rua da Assembléia com este companheiro e evocador; que Amando Caiubi continua a ser, ele, o policial aposentado, o mesmo boêmio irrefreado a temperar com generosidade suas narrativas indiscretas - algumas perigosas para certos prestígios; e que Telésforo Lobo continua embrenhado em cogitações sociológicas e históricas, assunto sério, em que a vida paulista e o esforço paulista para amparo financeiro e econômico do Brasil continuam a ser os temas prediletos. E falaram outros, recordando episódios, narrando estudantadas e inconveniências. Em suma - expandimo-nos com vigor, esquecidos de idade, de preocupações, de quedas e de sustos. Enéas Ferreira foi homenageado pelo seu trabalho de condensador de informações da turma e promotor de suas festas e mantido no cargo, por aclamação.

À noite, como fêcho social dos mais distintos e sem artifícios, fomos convocados para uma reunião no solar de Amaral Júnior em que ele e sua senhora, circundados pelos filhos, receberam com afabilidade, numa festa magnífica, os amigos do casal e as senhoras desses amigos. Entraram as espôsas a dar realce a essas festas que hoje precisam do esmalte do ambiente familiar, para lhes acentuar o encanto e a efusão.

E, já dobrado o dia começou a dispersão. Hoje caminham alguns para o Rio, outros para o interior, 2 para Santos, um para Campanha.

Quando nos reveremos? Deus o sabe. Des-sas reuniões colhemos sensações inefáveis. E, do meu íntimo, uma única prece levanto ao Deus dos Céus, agradecendo o que até aqui nos concedeu e pedindo o que poderá ser-nos concedido: á a mesma prece que Horácio elevou, embora pagão, ao Ente superior que ele entendia ser o amparo de Augusto, na ocasião em que o imperador celebrava com pompa a glória uma de suas vitórias maiores. Podendo pedir muita coisa, pediu como prenda suprema que a divindade continuasse a outorgar-lhe - vida extensa com a mesma fortaleza física e a mesma integridade de mente - "valido et cum mente integra".

Para nós é o cerebro que nos ampara, anima e impele para a frente. Que Deus no-lo conceda - e estaremos bem pagos do que até aqui temos feito e sufrido à serviço do Direito, que continúa a ser, para nós, da velha escola, um preceito imperativo e um mandamento da religiosa aplicação.

V

Durante muitos anos, era o dia de Natal o escolhido para as festas da colação de gráu dos bacharéis em direito: encontramos esta tradição e respeitam-la: colamos gráu solene a 25 de dezembro de 1910.

Uma parte considerável já havia recebido gráu simples e esses diplomados haviam partido para suas cidades algumas em Estados distantes. Mesmo na capital foi em parte mínima, a dos que chegaram ao gráu solene: 21, numa turma de 75. Os dias que precederam o de Natal foram, para alguns, de festas familiares; para outros de "farras" descomedidas, a se despedirem daquela

vidinha bonançosa, cujas seduções começamos a sentir, já então emevoadas de uma saudade que ia crescendo, dia por dia, ao tentarmos adivinhar os rumos dessa caminhada incerta a "vida prática". Em dezembro estávamos todos, ou quase todos, metidos naquele turbilhão e nele consumindo energias, distribuindo todas nossas reservas de a legria sonhadora, varando madrugadas, num desperdício de nababos. Só após o longo decurso dos anos é que a gente se apalpa e sonda, e chega, afinal, apesar e medir a extensão daquela época perdulária da vida.

Ninguém pintou melhor esse quadro de esbanjamento da mocidade do que Raimundo, quando comparou a mocidade à borboleta mal saída do casulo, nos alexandrinos inesquecíveis que, por aquele tempo, recitávamos de cór, com calor e ênfase:

Ser moça e bela ser, porque é que lhe não basta?

.....

Uma porção de si deixa por onde passa
E, enquanto a vida, esvoaça, esvoaça,
Como um leve papel, solto à mercê do vento:
Pousa aqui, vôa além, até vir o momento,
Em que, de todo, enfim, se rasga e dilacera...
- O' borboleta, pára! O' Mocidade, espera!

Mas a mocidade não espera nunca. Tem a sofreguidão na própria essência e atira-se, com impetuosidade estouvadamente, no turbilhão da Vida.

Ora, naqueles dias, que precederam a festa, andávamos, os 5 da comissão, e os coadjuvantes, que eram quase todos, numa lufa-lufa extenuante, fazendo em comendas, fiscalizando trabalhos da ornamentação, contra

tando músicos, distribuindo convites, redigindo notícias.

Ocorreram, entretanto, na véspera e no dia de Natal, dois fatos lutuozos que absorveram a atenção da cidade e, em parte a desviaram dos nossos festejos: foram as exibições dos aviadores Giulio Piccolo e Natale Ruggerone. Tinham chegado juntos a São Paulo e anunciavam exibições eletrizantes. A expectativa era enorme. A colônia italiana gesticulava e fremia, equiparando o espetáculo a uma façanha nacional.

Ruggerone conseguiu o Hipódromo da Mooca; Piccolo teve que se arranjar no campo exíguo do C.A. Paulistano, na rua da Consolação, exíguo e, por isso, perigoso. A expectativa, por aquela novidade abafava qualquer outra e muitos academicos dos vários anos, entravam na massa febril que aguardava com ansiedade, binóculos em punho as evoluções dos dois rapazes, que os jornais já haviam qualificado de heróis, incluídos na galeria dos homens de feitos imortais. Mas a desgraça rondava as duas festas e logo as enlutou com tintas de sangue. Piccolo, mal se ergueu com seu aparelho, que conseguira altura por um prodígio de audácia do piloto, viu o motor em chamas e a "nacele" nos arrancos, desgovernada e prestes a tombar nos telhados visinhos. Procurou salvar-se, saltando com uma agilidade de gato, mas caiu de ponta cabeça saindo do campo em padiola, já com a vida por um fio; e à noite cerrava os olhos para sempre, sob a consternação de toda a cidade que ali estava, enchendo salas e corredores do Hospital Humberto Primo e as ruas que o circundavam. Era um luto que só seria excedido vinte e cinco anos mais tarde, quando acidente semelhante vitimou o aviador Del Prete e sobre o seu corpo de atleta fez concentrar-se a desolação de italianos e brasileiros cujas almas se confundiram na mesma consternação.

Se Giulio Piccolo caía, já ferido de morte, na sua primeira arrancada, em céu paulistano, a exibição de Ruggerone foi sacrificada por uma outra tragédia em que ele não foi parte, mas pretexto ou, antes, en sejo: um soldado de cavalaria, que fazia policiamento com seu piquete, num dos portões do Hipodromo, tomado de súbito acesso furioso, largou da fila, meteu as esporas em sua montaria, desacatou o comandante, fez exhibições malucas e prodígios de equitação, e saiu, depois, pela rua a fora espalhando gente, atropelando mulheres e crianças, vociferando contra os que encontrava e prosseguindo em carreira insana, das ruas da Mooca para a Luz, dali para o Bom Retiro, disparando o clavinote, matando soldados e civis e deixando espavoridos os incautos moradores de ruas e vielas operárias até ser subjugado por uma das escoltas que lhe saíram ao encalço, e isso já num socavão coberto de moitas no bairro de Pinheiros! Até o cavalo morreu estafado por aquela doida correria.

A cidade se alarmara com as primeiras notícias e muita gente começou logo a sussurrar que tudo a quilo era resultado da aviação...

Como quer que seja, nossa festa de colação quase empalideceu em confronto com aquelas cenas trágicas e foi preciso que o Hino Academico à noite, depois da "Sambre et Meuse" enchesse os ares do Largo de S. Francisco soprado pela Secção da Banda da Brigada Policial, dirigida pelo tenente Lorena, para que aquele ambiente de luto e de sustos, se desanuviasse de tão torvas impressões.

o o o o o o o

A Faculdade estava iluminada, com reforço

de instalações de grandes serpentinas e a comissão de recepção a postos, em luzidíssimas casacas. No salão nobre, à sombra do retrato de D. Pedro II, alinhavam-se o diretor, Dino Bueno, o secretário, Júlio Maia e os lentes, no fulgor das suas becas e na imponência das suas figuras, que nenhum de nós certamente esqueceu: João Mendes, Brasília Machado, Almeida Nogueira, Veiga Filho, Pinto Ferraz, Herculano de Freitas, Gama Cerqueira, Frederico Steidel, Gabriel de Rezende, Candido Mota, Amancio de Carvalho, Ernesto Moura, José Ulpiano, Reinaldo Porchat, e João Arruda.

Dos setenta e cinco da classe, ali estávamos, apenas 21: Anador da Cunha Bueno Júnior, Abelardo Augusto de Melo Fernandes, Antonio Rolim de Oliveira, Aureliano C. do Amaral Júnior, Beraldo de Toledo Arruda Júnior, Benedito Alipio Bastos, Carlos Belegarde, Carlos de Paiva Meira, Carlos de Souza Frick, Carlos Silveira Martins Leão, Enéas Cesar Ferreira, Eurico Teixeira da Fonseca, Gofredo Teixeira da Silva Teles, João de Deus Mena Barreto de Barros Falcão, José Jorge Marcondes Machado, Leopoldo Teixeira Leite Filho, Manuel Elpidio Neto, Osvaldo Pascoal Degrazia, Pelágio Álvares Lobo, Plínio dos Santos Barroso e Virgílio Rodrigues Alves Filho.

Grador da turma foi Florivaldo Linhares, já cotado pelo preparo severo que, deitando raízes poderosas nos estudos de Filosofia, se expandia em conhecimentos de direito civil e comercial, com base preponderante colhida nas lições dos mestres alemães que eram os da sua predileção e verdadeiramente da sua familiaridade. E a oração de um acadêmico desse porte, cujo preparo todos respeitávamos e cuja amizade, de feitio recatado, todos disputávamos, teria que ser, como foi, bordada em torno de problemas filosóficos, altos e sérios. Era um

orador sem o feitiço palavroso e bombástico que predominava na oratória acadêmica - e seu renome, só ele, foi que lhe assegurou a escolha, numa eleição disputadíssima. Como paraninfo ali tínhamos Manuel Pedro Vilaboim, lente de Direito Administrativo, pouco assíduo às lições, mas chegado à simpatia da classe cujas preferências conquistou pela sua sedutora personalidade em que a inteligência cintilante era colorida pelo encanto pelo encanto especial da "blague" na conversação e dos revires instantâneos em qualquer debate nos concursos, na tribuna parlamentar e em polêmicas jornalísticas, dentro e fora de autos judiciais.

Vilaboim suplantara, quando da escolha do paraninfo, dois nomes de forte envergadura: Brasília Machado e João Arruda. A turma andou dividida entre estes e, pela competição, quase se cindiu, ameaçando-nos de um dissídio irremediável. Acomodamo-nos, então, em torno de um "tertius" e a escolha se deveu, em grande parte, ao trabalho jeitoso, coleante e risinho do grupo dos "hermistas" que o acompanhavam na atividade partidária, enfrentando a maioria que era declaradamente, violentamente, destemperadamente "ruysta".

O discurso de Linhares era de idéias e teses filosóficas avançadas - a ventilarem o campo agitado do direito; o de Vilaboim, discurso do causídico, mais artista do que cientista, encarava essas agitações e correntes pelo que traziam de progresso ou de perigo ao organismo social e apontava o direito-ciência, consubstanciado no direito-lei como a forma de manter esse equilíbrio, nas mutações impostas pelo progresso social. Ao fim, fechavam-se os discursos com as mesmas expansões coridais: o do bacharêu recém graduado com despedidas e expansões de amizade aos mestres que ficavam; o do paraninfo com augúrios de vitórias aos colegas que par-

tiam.

Encerrou-se a festa entre abraços, júbilos e algumas lágrimas. Dalí partíamos para festas de família - hesitantes entre tantos convites. Fui eu para a casa do Sr. José Pereira de Queirós, colega de turma do meu pai e seu amigo, apesar de tantas vicissitudes e desentendimentos da política partidária. Manuel Elpidio era da minha turma e, na casa da rua Aurora, em que a festa se realizou, reunia a parentela - Queirozes, Aranhas, Azevedos, Barbosas, Egídeos, - velhos troncos de Campinas e Jundiaí; ali concentrados em torno do avô, o paulista venerando de quem ele herdara o nome e de cujo ramo também herdou as virtudes. Em outras casas reuniram-se outros grupos de colegas: Enéas Ferreira, (que depois assumiu o posto de "chefe do cadastro de semoventes da turma") foi festejado na casa do tio, Abelardo de Cerqueira César; Virgílio Rodrigues Alves Filho, na casa do Pai, com os Rodrigues Alves de vários ramos e as colaterais e amigos de Guardá, Pinda, Lorenna e Taubaté; Gofredo Teles e Leopoldo Teixeira Leite na casa do dr. Augusto Carlos, com sua parentela egrégia - e assim por diante. E os que não tinham aqui família, mas andavam folgados, como aquele miúdo, malicioso e desconcertante Carlos Friek promoveram reuniões a que muitos companheiros de Estados ou cidades distantes compareciam para festejar sem cerimônias - antes com excessos estrondosos - a festa auspiciosa das "nupcias com o direito". Carlos Friek reuniu uma boa dúzia de colegas no saguão dos fundos da antiga "Rotisserie Sportman", na rua de S. Bento e ali proporcionou mesa lauta e beberagem franca. Foi festa da Arcade Nôe em que, por falta de parreiras históricas, os mais abastecidos de champanha saíram para repousar, de casaca e cartola, na guia dos passeios que iam ter à rua Líbero,

então zona pecaminosa. E ali discorriam com efusão sobre escolas filosóficas, teologia e mecanicismo, a um auditório misto - de notambulos e Travistas.

Dias depois, dispersavamo-nos - e o desencontro, para alguns, durou quarenta anos; para outros excede de quarenta. E para 28, já catalogados dolorosamente no tempo e no Espaço - a morte se encarregou de tornar esse desencontro definitivo.

A série destas evocações encerra-se com este rodapé.

Outros a elas se seguirão, sem programa, com o perfil biográfico de alguns que me foram dados em sorteio. Não direito de nenhum ospecados mortais em sua crueza, mas com as atenuações da benevolência, que também espero, quando escreverem o meu...

Concis Paulistas 24-XI e

6, 10, 18, 24 - XII - 1950